

Intervenções muito simples em contexto escolar bastante precário

Resumo:

Em territórios de alta vulnerabilidade social o contexto escolar pode se tornar particularmente precário. Com o intuito de auxiliar as escolas a enfrentar os conflitos que emergem neste cotidiano, a Unidade Básica de Saúde que conta com uma equipe multiprofissional, proveniente das equipes de apoio (Nasf e Caps), pode promover encontros para a circulação de saber e a troca de experiências. Enquanto psicólogo de uma equipe de matriciamento do CAPS II Cidade Ademar, foi possível participar desses encontros e constituir um saber sobre as orientações e intervenções que se mostraram mais eficientes para a superação dos conflitos e impasses escolares. Este texto apresenta algumas dessas intervenções que, de forma simples e clara, promovem a circulação discursiva pelo aluno e sobre o aluno, além de sua circulação geográfica pela instituição e pelo território.

Escola – Vulnerabilidade – Matriciamento – Transferência

Autor: Daniel Rodrigues Lirio

danielrlirio@yahoo.com.br

Mini-Currículo: Daniel Lirio é psicanalista, mestre em psicologia social pela USP e professor universitário. A partir de uma perspectiva psicanalítica e institucional, tem publicado artigos na área de Saúde Mental, Cultura e Modificações Corporais, de onde se destaca o livro *Suspensão Corporal*, novas facetas da alteridade na cultura contemporânea.

Intervenções muito simples em contexto escolar bastante precário

O Contexto escolar, conforme se sabe, é palco de inúmeras tensões e jogos de força que, via de regra, dificultam o aprendizado e geram bastante sofrimento à criança. Contudo, há contextos especialmente precários, onde se combinam diversos fatores: alta vulnerabilidade social, alta proporção de alunos por professor, falta de flexibilidade institucional, despreparo dos profissionais e, não raro, desinteresse do cuidador pelo aprendizado e saúde mental da criança. Muitas vezes, esse quadro resulta na localização de algumas crianças como a causa dos problemas da escola, criando-se um clima de animosidade em que o aprendizado e a convivência tornam-se muito difíceis.

Enquanto psicólogo do CAPS II Cidade Ademar, realizei matriciamento em Unidades Básicas de Saúde na periferia da zona sul de São Paulo. Nessa função, fazia discussão de casos e atendimentos compartilhados com os técnicos da unidade. Além disso, participava da “TEIA”, reuniões multiprofissionais com as escolas, justamente para dar algum suporte aos casos mais difíceis, sugerindo intervenções que fomentassem um clima escolar minimamente saudável.

Em contexto escolar conturbado, com escassez de profissionais, não é fácil ao professor ou diretor destinar um período do dia para uma reunião fora da escola, isso fazia com que os encontros fossem raros e, geralmente, com alta rotatividade de profissionais. Estes, via de regra, encontravam-se angustiados com o cotidiano de trabalho. Além disso, deveriam ser capazes de replicar as ideias discutidas com outros profissionais também angustiados e atarefados em um meio, como dito, bastante conturbado. Neste quadro, aprendi com a experiência – e faço desse ponto o eixo deste texto – algo que pode ser resumido no seguinte pensamento: *quanto mais precário for o contexto, mais simples deve ser a intervenção.*

Portanto, organizo a seguir algumas intervenções bastante simples, quase óbvias, que podem melhorar o jogo transferencial relacionado às crianças que ocupam o lugar de alunos-problema. Vale dizer que não se trata, com isso, de resolver a situação, mas de transformar algo que aparece como problema terrível e insolúvel em uma dificuldade possível de ser enfrentada pela escola.

Do pessimismo à aposta

Alguns casos são discutidos na tentativa de encontrar soluções para seus impasses; outros, por sua vez, para que o supervisor referende o seu caráter insolúvel, legitimando assim a desesperança do profissional. É comum ouvir “vou passar esse caso só por passar” ou “só por desengano de consciência...”. Nessas horas, é importante intervir: ou há uma confiança em encontrar uma melhora para o caso, e faz-se a discussão com afinco, ou não se faz discussão

alguma. Se isso não estiver claro, desde o princípio, é possível que o supervisor tente apontar intervenções milagrosas enquanto quem passa o caso se preocupa em mostrar que elas são impraticáveis, o que, obviamente, solapa qualquer possibilidade de reflexão.

Claro, é importante o reconhecimento das dificuldades do caso, das angústias e frustrações dos profissionais, bem como da importância das intervenções realizadas anteriormente. Contudo, levar um caso para discussão significa uma disponibilidade para investir ainda mais, tornando-se importante a transformação da angústia em investimento.

Do sintoma ao discurso

Um aluno cujo comportamento não se adequa às expectativas da escola será, como se pode imaginar, uma fonte constante de transtornos e aborrecimentos. Normalmente é a criança agitada, que briga, grita, expressa sua sexualidade, agressividade, enfim, sua vitalidade de forma supostamente inapropriada. Esses casos são usualmente apresentados em sua dimensão sintomática, visível, esperando-se alguma técnica ortopédica que retifique o comportamento. Obviamente, entre o incômodo institucional e a intervenção almejada precisa haver a compreensão da situação. Para que esta seja possível é preciso transformar a apresentação sintomática em uma apreensão discursiva do caso, em que o comportamento da criança ganha sentido quando contraposto àquilo que ela diz e é dito sobre ela. Ou seja, não se trata de negar o valor discursivo, preenhe de sentido, do comportamento da criança, mas apontar que este só será devidamente desvelado em articulação ao seu discurso verbal. Nessa perspectiva, uma intervenção simples e eficaz é perguntar pelo que o aluno diz.

Essa questão simplória encontra frequentemente o susto dos profissionais, atentos ao que ele faz, mas surdos ao que ele fala. Na concepção de muitos profissionais, “conversar” com a criança significa dizer como ela deve se comportar e “fazer combinados” significa apresentar as regras escolares previamente decididas. Ora, vale apontar o real significado dessas ações, que implicam o fechamento ao que pode emergir de inesperado na fala da criança. Neste caso, o que orienta este tipo de intervenção, mas que talvez não seja tão óbvio, é que profissionais identificados ao lugar de saber devem poder se deparar com a limitação deste saber, especialmente no que tange às situações singulares. É fundamental, portanto, um estado de curiosidade e interesse pelo *ainda não dito* da criança, como se, a cada momento, ela estivesse prestes a comunicar algo essencial sobre si. A mudança de expectativa pelas ações para a escuta pela fala pode justamente fazer com que muitos conteúdos sejam ditos, e não atuados.

Dessa forma, ao nos depararmos com dificuldades singulares, ao invés de procurarmos respostas prontas, estratégias típicas para cada tipo de questão, podemos ouvir, compreender e

intervir de forma específica para cada caso.

O discurso sobre a criança

Além da importância de se promover o discurso da criança, também vale apontar como circulam os discursos sobre a “criança-problema”. Nesse sentido, vale apontar como o lugar de cada criança é naturalizado e cronificado dentro da instituição. Isso acontece quando se estabelecem formas estereotipadas de manejar e falar sobre ela. Por vezes, um menino rebelde é tido como futuro bandido, e uma menina que fala palavrão será vista como forte candidata à maternidade precoce; precisamos ter cuidado com as profecias auto-realizadoras. Ao se reconhecer a importância do modo com que se fala de uma criança para os demais funcionários e para as demais crianças como algo que demarca seu lugar na instituição, atentamos também para a criança-problema produzida discursivamente pela instituição. Assim, conforme discutido no item anterior, vale substituir as formas rotulantes e cronificantes, fechadas em si mesmas, por formas que ampliem e aprofundem a noção sobre o sujeito falado e, se possível, constitua uma compreensão plural de cada um, com sua dinâmica, contradições e conflitos.

Na correria do cotidiano institucional é comum a entrada de um novo professor sem que haja tempo para que lhe seja passado um histórico sobre a criança. Em territórios socialmente vulneráveis, são corriqueiros os casos em que familiares são presos, envolvem-se com drogas, têm problemas com a justiça, além do envolvimento em histórias de assassinato e violência. Se for o caso, algo tão banal como o compartilhamento dessa informação com o professor pode prepará-lo para acolher um comportamento inesperado. Novamente, não se trata de procurar uma continuidade entre a criança e seu meio, naturalizando suas ações, mas de compreender o pano de fundo do qual ela se destaca, com o qual dialoga e constitui resistências e interpretações singulares. Em suma, está em questão o *não saber* dos profissionais e como isso implica a necessidade constante da circulação de saberes no interior da instituição.

A circulação da criança pela instituição e fora dela

Outro ponto bastante comum com as “crianças-problema” em instituições precárias é o surgimento do mártir ou herói da vez. Normalmente, é aquele funcionário que se destaca pela firmeza na imposição dos limites ou pela paciência e compaixão ao lidar com as crianças difíceis. Via de regra, esse funcionário desobriga os colegas da tarefa de se relacionar com a criança. Essa questão emerge quando a criança passa para uma série em que não mais terá contato com o tal funcionário, ou quando este sai da instituição, criando o problema de se encontrar um substituto. A regra de ouro aqui é que *quanto mais difícil for o caso, mais gente precisa estar envolvida, compartilhando dificuldades e estratégias*. Assim, na escola, mais gente terá de encontrar um jeito

de se conectar com a criança, de criar afinidades e interesses comuns, e ninguém ficará com o terrível peso de enfrentar o caso sozinho.

A procura pelo herói para os casos difíceis se reedita nos espaços de supervisão ou discussão, pela demanda por uma solução mágica para o problema, como se os manejos fossem sabidos a priori, como receitas previamente validadas. Ao contrário, as soluções devem ser construídas em equipe, mas também levando-se em consideração os demais equipamentos disponíveis. Muitas vezes, regiões bastante precárias contam com uma boa diversidade de equipamentos capazes de dar suporte à criança, juntamente com a escola, formando um tecido social verdadeiramente eficaz. Esses serviços precisam ser mapeados.

Até o momento, neste texto, tenho feito um caminho problemático, à medida em que não tenho incluído a família na compreensão e enfrentamento dos casos difíceis. Essa escolha ocorre na tentativa de contemplar os casos mais graves, em que os cuidadores pouco se ocupam, de fato, do cuidado da criança. Para tanto, as causas são as mais diversas, desde o excesso de trabalho, passando pelo abuso de drogas, problemas com a justiça, até o descaso e o abandono. Muitas vezes quem cuida é uma tia ou avó, já bastante atarefada, doente ou idosa, constituindo uma situação complexa cujo manejo foge do escopo deste texto. Enfim, há casos bastante difíceis que, na ausência de um poder público realmente eficaz, vão transcorrer com intenso sofrimento para a criança. É preciso, contudo, que a escola não se paralise diante dessa situação e descubra o que poderia fazer para garantir um mínimo de saúde mental para essas crianças.

Algumas vezes, conseguir que o cuidador ou vizinho leve a criança a um outro serviço já pode ser de grande valia. Para tanto, é preciso mapear os atores do território com os quais a escola poderia contar. A Unidade Básica de Saúde (UBS), especialmente se for PSF, pode ser um grande parceiro, mas é possível pesquisar também pela existência de algum CEU, Centro de Convivência, Centro da Criança e Adolescência (CCA), SESC e serviços filantrópicos mais diversos, até chegarmos às Secretarias de Assistência Social, ambulatórios psicológicos e conselhos tutelares. Em suma, encontrar os parceiros aptos a ajudar no cuidado da criança e da família. Mais uma vez, a ideia é que quanto mais difícil o caso, maior a importância das parcerias e da circulação pelo território.

A ideia fundamental, portanto, é superar um discurso preso às dificuldades do caso em direção à valorização das potencialidades advindas com o fomento aos deslocamentos geográficos e discursivos.

Daniel Lirio

danielrlirio@yahoo.com.br